



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CONCURSO PÚBLICO PARA SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL 06/2019

Realização:



CADERNO DE QUESTÕES

CARGO:
ARQUITETO E URBANISTA

DATA: 18/08/2019

HORÁRIO: das 08 às 12 horas

**LEIA AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR O
CADERNO DE QUESTÕES**

- ☒ Verifique se este CADERNO contém um total de 50 (cinquenta) questões do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de resposta cada, das quais, apenas uma é correta. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
- ☒ As questões estão assim distribuídas:

LÍNGUA PORTUGUESA: 01 a 10
LEGISLAÇÃO DO REGIME JURÍDICO ÚNICO: 11 a 20
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 21 a 50
- ☒ O candidato não poderá entregar o **caderno de questões** antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
- ☒ As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **cartão-resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta**.
- ☒ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO e o **caderno de questões**. A não devolução de qualquer um deles implicará na **eliminação** do candidato.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto I a seguir para responder às questões de 01 a 05.

TEXTO I

Assim os algoritmos perpetuam a desigualdade social

Cathy O'Neil, autora de 'Armas de Destruição Matemática', afirma que já é tarde para nos preocuparmos com a disponibilidade de nossos dados, que agora é preciso perguntar o que as empresas fazem com eles.

01 Cathy O'Neil é uma matemática de cabelo azul que dedica todos os seus esforços a abrir os olhos das
02 pessoas sobre os algoritmos que dominam o mundo. Desde os que indicam ao banco se você é apto ou não a
03 receber uma hipoteca, até os que decidem quem merece uma vaga de trabalho. Um sistema que pode perpetuar
04 as desigualdades existentes no mundo se não começarmos a ser críticos, defende a cientista. “Estamos dando
05 poder a mecanismos sem nos perguntar se realmente funcionam, isso é uma falha como sociedade”, explica
06 de Nova York ao outro lado do telefone.

07 O'Neil, em seu livro *Armas de Destruição Matemática*, mostra alguns exemplos para colocar essa teoria
08 em termos reais. Viaja em algumas de suas páginas a Reading, uma pequena cidade da Pensilvânia (Estados
09 Unidos) que em 2011 tinha um nível de pobreza superior a 41%, o mais alto de todo o país. Com um efetivo
10 reduzido pela crise, o chefe de polícia investiu em um programa de predição de crimes chamado PredPol que
11 funciona com big data. O aplicativo divide a cidade em quadrantes e determina em qual deles é mais possível
12 que se cometa um crime baseando-se no registro histórico da polícia. No leque de dados estão desde crimes
13 mais leves como perturbação da ordem pública (beber na rua, por exemplo), até homicídios.

14 Quanto maior for o número de agentes enviados aos pontos indicados pelo programa, mais prisões
15 ocorrem e assim se entra em um círculo vicioso que enche as prisões de gente, em sua maioria, acusada de
16 crimes menos graves. A maioria dos detidos é de negros e hispânicos. “O mapa da delinquência gerado desse
17 modo traça na realidade um rastro de pobreza”, diz a autora. “Continuamos prendendo negros por coisas pelas
18 quais não prendemos brancos, mas agora já não o dizemos abertamente e disfarçamos de ciência porque o
19 fazemos com o PredPol. Continuamos com o ciclo, porque continuamos prendendo gente de um bairro e os
20 dados nos dizem que precisamos voltar a esse bairro, dessa forma a injustiça policial continua”, afirma na
21 entrevista.

22 Vários estudos já indicaram que estamos cedendo o controle a mecanismos automáticos que perpetuam
23 a discriminação. Do algoritmo do Google que identificou um negro como um gorila em uma foto, até a máquina
24 que relaciona estar na cozinha com uma mulher, ou o algoritmo do Facebook que mostrava anúncios de casas
25 à venda somente a usuários brancos. “Os engenheiros pensam em termos de otimização dos recursos, o que é
26 preciso é diversidade nas equipes que escrevem os algoritmos para que incluam pessoas que pensem nas
27 violações dos direitos humanos e na forma como esses códigos irão afetar a sociedade: sociólogos, advogados,
28 psicólogos...”, afirma.

29 A matemática afirma que já é tarde para se preocupar pelo fato de que nossos dados estejam disponíveis,
30 que agora é preciso perguntar às empresas e gigantes tecnológicos o que estão fazendo com eles. “Não nos
31 damos conta na maioria das vezes que nos analisam, especialmente na Internet. Quando somos conscientes
32 de que recebemos uma pontuação de acordo com nossos dados, a primeira coisa que precisamos fazer é pedir
33 explicações, que nos mostrem o processo pelo qual fomos qualificados, se é algo importante como uma hipoteca
34 e um trabalho, até mesmo utilizando mecanismos legais. As vezes em que não percebemos, são os Governos
35 europeus e o dos Estados Unidos que precisam estabelecer normas que indiquem que a cada vez que
36 recebemos essa pontuação precisamos saber”, diz O'Neil.

37 O'Neil apagou sua conta do Facebook há um ano (e a do Twitter também não está disponível há algumas
38 semanas), logo depois das eleições vencidas por Donald Trump e que agora estão sendo investigadas pelo uso
39 dos dados de milhões de usuários do Facebook. O escândalo levou seu criador, Mark Zuckerberg, a dar
40 explicações no Senado dos Estados Unidos. “É preciso obrigar empresas como o Facebook a explicar o que
41 estão conseguindo com produtos, em vez de assumir que estão fazendo o melhor. Já temos a suspeita de que
42 o Facebook ajudou a divulgar notícias falsas, a influenciar o resultado de votações, a fazer com que as pessoas
43 acreditassem em teorias da conspiração. Por que não temos as provas reais, por que não as mostram?”,
44 pergunta a especialista.

45 O que acontece nos países menos desenvolvidos? São mais vulneráveis? “Lamentavelmente não acho
46 que têm a oportunidade de tomar o controle porque as empresas norte-americanas e chinesas estabelecerão
47 suas regras mais rápido do que as próprias pessoas”. Os dados variam, mas a Africa 2.0 International
48 Foundation dizia em uma conversa há um ano que no continente africano existem 800 milhões de terminais,
49 quando há 50 anos só existiam 40.000 telefones. Esses dispositivos, com Internet ou sem, já são uma fonte
50 inesgotável de dados às empresas.

51 A matemática se mostra otimista, porque pelo menos os algoritmos fazem parte do debate atual, e não se
 52 cansa de alertar sobre a confiança cega no big data: “Se você só usa dados do passado, está condenado a
 53 repeti-lo. É preciso se perguntar aonde você quer chegar, em vez de se limitar a analisar de onde você vem. Se
 54 estivéssemos orgulhosos de nosso sistema, poderíamos querer usar esses dados para manter tudo igual, mas
 55 não é o caso”.

PEIRÓ, Patrícia. Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/12/tecnologia/1523546166_758362.html?%3Fid_externo_soc=FB_BR_CM&fbclid=IwAR1vUSeLMXpeI-PJgtlSOITMEQnfn2fbvPPm7mm02i9SCz3UwBh3onctnHBU (Acesso em 14/06/2019).

01. O trecho “Vários estudos já indicaram que estamos cedendo o controle a mecanismos automáticos que perpetuam a discriminação” (linhas 22 e 23), quando reescrito, apresenta alteração de sentido em:
- (A) Estamos cedendo o controle para mecanismos automáticos que perpetuam a discriminação, segundo vários estudos.
 - (B) Conforme estudos já realizados, estamos cedendo o controle a mecanismos automáticos perpetuadores de discriminação.
 - (C) O controle está sendo dado a mecanismos automáticos que perpetuam a discriminação, conforme dizem vários estudos.
 - (D) Segundo indicadores de estudos já realizados, mecanismos automáticos perpetuam a discriminação por controlarem as pessoas.
 - (E) Cedemos o controle a mecanismos automáticos perpetuadores de discriminação, de acordo com indicadores de vários estudos.
02. Sobre a construção de sentidos do texto I, assinale a opção CORRETA.
- (A) A expressão “os” (linha 03) faz uma retomada do sentido de “algoritmos” (linha 02).
 - (B) A expressão “os que” (linha 03) faz uma retomada do sentido de “os algoritmos” (linha 02).
 - (C) A expressão “os” (linha 03) faz uma retomada do sentido de “os algoritmos que dominam o mundo” (linha 02).
 - (D) A expressão “os” (linha 03) faz uma retomada do sentido de “algoritmos que dominam o mundo” (linha 02).
 - (E) A expressão “os que” (linha 03) faz uma retomada do sentido de “os algoritmos que dominam o mundo” (linha 02).
03. A partir da leitura e interpretação do texto I, analise as informações a seguir e assinale a opção CORRETA.
- I. De acordo com informações do texto I, o big data é um sistema inteligente que ajuda no funcionamento eficiente da sociedade, utilizando dados matemáticos que favorecem a identificação de aspectos relacionados, por exemplo, a crimes, a venda de imóveis e a outros setores que podem ser geridos quantitativamente, mas a criadora do sistema alerta para o risco de perpetuação de desigualdades sociais;
 - II. Um ponto negativo de se utilizar inteligência artificial como auxílio no efetivo policial diz respeito ao fato de que o programa funciona, enviando pontos de determinados lugares para um computador central, de modo que as prisões de pessoas vão acontecendo a partir de quantos pontos forem enviados de um mesmo lugar. Assim, mais negros e hispânicos são presos, e ainda são acusados de crimes menos graves;
 - III. Os países desenvolvidos, de acordo com O’Neil, terminam sendo mais vulneráveis, por serem incapazes de tomarem o controle do poderio norte-americano e chinês, que estabelecem suas regras de controle de pessoas e avançam por todo o planeta. Um exemplo disso é o Facebook, que influenciou com o controle de dados, as informações de usuários e as utilizou com fins políticos e econômicos.
- (A) Apenas as afirmações I e II são verdadeiras.
 - (B) Apenas a afirmação I e III são verdadeiras.
 - (C) As afirmações I, II e III são verdadeiras.
 - (D) As afirmações I, II e III são falsas.
 - (E) Apenas a afirmação II é verdadeira.
04. No período, “É preciso se perguntar aonde você quer chegar, em vez de se limitar a analisar de onde você vem” (linha 53), é INCORRETO afirmar que:
- (A) A expressão “onde” é uma preposição indicadora de lugar.
 - (B) A expressão “aonde” é um advérbio indicador de lugar.
 - (C) A expressão “onde” não tem a ideia de movimento.
 - (D) A expressão “aonde” se relaciona com o verbo “chegar”, que exige a preposição “a”.
 - (E) A expressão “onde” indica lugar em que algo ou alguém está.

05. Em relação à composição de frases do texto I, é CORRETO afirmar que:

- (A) Em “O aplicativo divide a cidade em quadrantes” (linha 11), o sujeito é “o aplicativo” e pode ser classificado como simples e determinado.
- (B) Em “A maioria dos detidos é de negros e hispânicos” (linha 16), o núcleo do sujeito é “a maioria”, por isso o verbo de ligação “é” do predicado nominal está no singular.
- (C) Em “A matemática se mostra otimista, porque pelo menos os algoritmos fazem parte do debate atual” (linha 51), “porque” liga duas orações e tem valor de pronome demonstrativo.
- (D) Em “O que acontece nos países menos desenvolvidos?” (linha 45), há um pronome interrogativo “que”, indicando a pergunta marcada textualmente pela pontuação.
- (E) Em “Esses dispositivos, com Internet ou sem, já são uma fonte inesgotável de dados às empresas” (linhas 49 e 50), há uma intercalação, marcada pelo uso de vírgulas.

Leia o texto II a seguir para responder às questões de 06 a 10.

TEXTO II

VACINAS, PARA QUE AS QUERO?

O mecanismo que torna esses imunológicos mais duradouros ou não ainda segue sem resposta. Mas ninguém deveria duvidar de seu poderoso efeito protetor.

01 Em um momento em que os menos avisados suspeitam das vacinas, as autoridades em saúde pública
02 e imunologia apresentam dados mostrando que, na realidade, as vacinas precisam, sim, ser inoculadas com
03 mais frequência. Esse é o teor do artigo ‘Quanto tempo duram as vacinas?’, assinado pelo escritor e roteirista
04 norte-americano Jon Cohen e publicado na prestigiosa revista Science, em abril de 2019. Nele, Cohen indaga,
05 entre outros assuntos, por que o efeito protetor das vacinas contra a gripe dura tão pouco (em média, depois de
06 90 dias, a proteção começa a cair) e em outras, como as da varíola e da febre amarela, a ação é bem mais
07 prolongada.

08 Alguns especialistas argumentam que certos vírus sofrem altas taxas de mutação e geram novos clones,
09 que, por serem ligeiramente diferentes dos originais, não seriam reconhecidos pelas células do sistema imune.
10 Mas, a coisa não é tão simples assim.

11 Ao estudar a caxumba (que ainda afeta os humanos), por exemplo, os epidemiologistas descobriram
12 que a recorrência da doença acontece com mais frequência em uma determinada faixa etária (entre 18 e 29 anos
13 de idade). Se a reinfecção dependesse apenas de mutações, todas as idades deveriam ser igualmente afetadas.
14 Assim, o enigma perdura.

15 No entanto, o consenso entre os imunologistas especializados em vacinas é que, de fato, precisamos
16 de mais exposição aos agentes infecciosos ou às próprias vacinas. Em outras palavras, no caso da gripe,
17 teríamos que tomar doses seguidas da vacina a fim de aumentar seu efeito protetor. Em razão desses achados,
18 os pesquisadores chegaram até a criticar a decisão da Organização Mundial da Saúde (OMS) de recomendar
19 que a vacina contra a febre amarela devesse ser inoculada apenas uma vez, isto é, seria uma vacina vitalícia.

20 A necessidade da exposição constante aos agentes infecciosos vai de encontro à hipótese do biólogo
21 norte-americano Jared Diamond que, em seu livro Armas, germes e aço, defende a ideia de que, ao longo da
22 história, o sucesso dos conquistadores se deveu, em parte, ao fato de eles serem originalmente cosmopolitas e,
23 dessa maneira, terem adquirido resistência imunológica aos agentes infecciosos da época. Mesmo resistentes,
24 seriam portadores desses agentes, o que manteria a memória imunológica. Já os conquistados, grupo formado
25 por populações menores, sucumbiriam ao confronto por não serem capazes de se defender tanto dos invasores
26 humanos quanto daqueles microscópicos.

27 Outro aspecto interessante desse tema é fruto da biotecnologia recente. A vacina contra o papiloma
28 vírus humano (HPV), que, aparentemente, deu certo, é constituída de um agente imunogênico que não é o vírus
29 propriamente dito, mas, sim, o que os pesquisadores chamam de partículas semelhantes aos vírus (virus like
30 particles, VLPs).

31 Os VLPs podem ser considerados vírus artificiais, ou seja, contêm a capa de proteína dos vírus, mas
32 não o material genético, que, em geral, é formado por ácidos nucleicos (DNA ou RNA). Desse modo, os VLPs
33 não são infecciosos. Alguns deles ocorrem naturalmente, mas também podem ser sintetizados no laboratório, e
34 é aí que repousa a grande esperança tanto contra os vírus quanto contra alguns tipos de câncer cuja ocorrência
35 foi correlacionada a infecções virais prévias, como o caso do câncer de útero.

36 Embora o avanço nessa área seja promissor, o mecanismo que torna uma vacina mais duradoura ou
37 não ainda segue sem resposta. Como afirma Cohen em seu artigo, “essa é uma pergunta de um milhão de
38 dólares!” (aproximadamente, o valor do prêmio Nobel).

39 A despeito disso, ninguém deveria duvidar do poder das vacinas. Muito pelo contrário. A tendência atual
 40 no tratamento de doenças crônicas, como o câncer e a artrite reumatoide, é a imunoterapia. Um dia, quem sabe,
 41 teremos vacinas contra todos esses males.

<http://cienciahoje.org.br/artigo/vacinas-para-que-as-querem/> Acesso: 15/06/2019.

06. As palavras “inoculadas” (linha 02) e “sucumbiriam” (linha 25) têm sentido, respectivamente, de:
- (A) entradas; expiriam. (D) administradas; suprimiriam.
 (B) introduzidas; não resistiriam. (E) tomadas; não se defenderiam
 (C) ingressadas; padeceriam.
07. No trecho, “Cohen indaga, entre outros assuntos, por que o efeito protetor das vacinas contra a gripe dura tão pouco” (linhas 04 e 05), em relação à expressão “por que”, é CORRETO afirmar que:
- (A) Estabelece uma relação com um termo antecedente, sendo utilizada com função de pronome relativo.
 (B) É formada pela preposição “por” seguida do pronome relativo “que”, podendo ser substituída pela expressão “por qual razão”.
 (C) É formada pela preposição “por” seguida do pronome interrogativo tônico “que”, podendo ser substituída pela expressão “por qual motivo”.
 (D) É utilizada para indicar o motivo, a razão ou a causa de algo, podendo sofrer flexão de número.
 (E) É uma conjunção subordinativa causal ou explicativa, que neste contexto é utilizada para unir o sentido de duas orações.
08. Analise as afirmações a seguir, assinalando V para as assertivas verdadeiras e F para as assertivas falsas. Em seguida, marque a opção CORRETA.
- () O título do texto II “Vacinas, para que as quero?”, de antemão, traz o posicionamento do autor a respeito da imunização por vacinas, aderindo este ao pensamento de que o ser humano não precisa da exposição a agentes infecciosos por meio das vacinas.
 () Cohem questiona a efetividade da imunização por vacinas em seu artigo a partir da pergunta “quanto tempo duram as vacinas?”, para isso o autor utiliza como argumento a duração da proteção oferecida pela vacina da gripe, cerca de noventa dias.
 () A OMS contraria a opinião de imunologistas especializados em vacinas ao recomendar que a vacina contra a febre amarela seja vitalícia.
 () A ideia de que a exposição aos agentes infecciosos ou às vacinas deve ser elevada, defendida por especialistas da área de imunologia, vai ao encontro da hipótese construída pelo biólogo Jared Diamond.
 () Cohem afirma que a resposta para a pergunta “Qual o mecanismo que torna uma vacina mais duradoura” é de um milhão de dólares, aproximadamente o mesmo valor pago ao prêmio Nobel, logo, quem descobrir a resposta para tal pergunta ganhará o prêmio Nobel.
- (A) F, F, V, V, F. (D) F, F, V, V, V.
 (B) F, V, F, V, F. (E) V, F, V, V, F.
 (C) F, F, V, F, F.
09. Com relação ao trecho “**No entanto**, o consenso entre os imunologistas especializados em vacinas é que, de fato, precisamos de mais exposição aos agentes infecciosos ou às próprias vacinas. **Em outras palavras**, no caso da gripe, teríamos que tomar doses seguidas da vacina **a fim de** aumentar seu efeito protetor. **Em razão desses achados**, os pesquisadores chegaram até a criticar a decisão da Organização Mundial da Saúde (OMS) de recomendar que a vacina contra a febre amarela devesse ser inoculada apenas uma vez, **isto é**, seria uma vacina vitalícia”, é INCORRETO afirmar que:
- (A) “No entanto” traz para o texto uma ideia adversativa em relação a algo que foi dito anteriormente, podendo ser substituída por “Não obstante”.
 (B) “Em outras palavras” traz informações para o texto que têm a mesma ideia apresentada anteriormente, podendo ser substituída por “Ou seja”.
 (C) “a fim de” traz para o texto uma ideia de finalidade ou objetivo, podendo ser substituída, sem prejuízos, por “para”.
 (D) “Em razão desses achados” faz uma retomada anafórica que rotula numa expressão referencial informações apresentadas anteriormente no texto.
 (E) “isto é” traz uma informação que ratifica algo que foi dito anteriormente no texto, podendo ser substituída, sem prejuízos, por “a saber”.

10. Com base nas ocorrências dos verbos ter (linha 41), depender (linha 13) e descobrir (linha 11) no texto II, assinale a opção INCORRETA.
- (A) O verbo “descobrir” (linha 11) faz parte da terceira conjugação e se encontra conjugado na terceira pessoa do plural do tempo pretérito perfeito do modo indicativo.
 - (B) O verbo “depender” (linha 13) encontra-se conjugado na primeira pessoa do singular no tempo pretérito imperfeito do modo subjuntivo e participa do grupo de verbos da segunda conjugação.
 - (C) O verbo “ter” (linha 41) encontra-se conjugado na terceira pessoa do plural no tempo futuro do presente do modo indicativo, participando, assim como o verbo “depender”, do grupo de verbos da segunda conjugação.
 - (D) Apesar de participarem da segunda conjugação, os verbos “ter” e “depender” apresentam variações estruturais de morfemas que identificam tal conjugação, pois o verbo “ter” é irregular.
 - (E) Tanto o verbo “depender” (linha 13) quanto o verbo “descobrir” (linha 11) apresentam características estruturais típicas dos tempos e modos nos quais estão conjugados, da segunda e da terceira conjugação, respectivamente, pois são verbos regulares.

LEGISLAÇÃO DO REGIME JURÍDICO ÚNICO

11. A Lei 8.112/90 institui o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais. De acordo com a lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público. Diante destas premissas e de acordo com a Lei 8.112/90, é CORRETO afirmar que:
- (A) Exercício é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.
 - (B) O gozo dos direitos políticos não é requisito básico para investidura em cargo público.
 - (C) As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos da Lei 8.112/90.
 - (D) Não haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.
 - (E) Posse é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.
12. Adeobaldo Regis Peixoto foi aprovado em concurso público para cargo junto ao governo federal. No dia da posse, Adeobaldo não pode comparecer e enviou um primo com uma procuração específica para representá-lo no ato de posse. Nesse caso, é possível afirmar que Adeobaldo
- (A) não pode ser empossado no cargo porque sua presença é indispensável.
 - (B) não pode ser empossado porque ele teria que ter comunicado 48 horas antes que não poderia comparecer.
 - (C) pode ser empossado desde que seu primo assumo o compromisso de exercer suas funções no cargo até que ele se apresente ao serviço.
 - (D) pode ser empossado se houver o compromisso de Adeobaldo entrar em exercício no cargo dentro de no máximo 15 dias.
 - (E) pode ser empossado porque a lei permite a posse por procuração.
13. A Lei 8.112/90 traz, em seu bojo, os direitos e vantagens do servidor público federal. A lei estabelece, pois, regras a respeito do vencimento e da remuneração dos servidores públicos, ao tempo em que elenca as vantagens ao tratar das indenizações, gratificações e adicionais. De acordo com o previsto na lei a esse respeito, é INCORRETO afirmar que:
- (A) Remuneração é a simples retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
 - (B) É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.
 - (C) As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.
 - (D) As gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.
 - (E) Salvo por imposição legal de mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

14. Crisaldina Rosa da Silva, servidora pública federal estável, foi demitida em razão de processo administrativo disciplinar. Não se conformando com a decisão administrativa, Crisaldina recorreu ao Poder Judiciário. Quatro (4) anos após sua demissão, Crisaldina obteve na Justiça decisão definitiva de invalidação de sua demissão e, portanto, favorável a sua reinvestidura no cargo que ocupava no serviço público. Nesse caso, a Lei 8.112/90:
- (A) não prevê a possibilidade de reinvestidura no cargo de servidor demitido após três anos.
 - (B) prevê a possibilidade do servidor demitido ser reinvestido no cargo através do instituto da reversão.
 - (C) prevê a possibilidade do servidor demitido ser reinvestido no cargo através do instituto da recondução.
 - (D) prevê a possibilidade do servidor demitido ser reinvestido no cargo através do instituto da reintegração.
 - (E) prevê a possibilidade do servidor demitido ser reinvestido no cargo através do instituto da readaptação.
15. Ao servidor público federal é concedido o direito de licença, conforme estabelecido na lei que institui o regime do servidor público federal. Diante desse aspecto e do que está previsto na Lei 8.112/90, é INCORRETO dizer que:
- (A) Poderá ser concedida licença, por prazo indeterminado e sem remuneração, ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.
 - (B) A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de três meses.
 - (C) A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares.
 - (D) É permitido o exercício de atividade remunerada durante o período da licença concedida ao servidor por motivo de doença em pessoa da família.
 - (E) O servidor terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.
16. Quando aborda e trata do processo administrativo disciplinar, a Lei 8.112/90 estabelece que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa e que o inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito. Diante do que está posto a este respeito na mencionada lei, é INCORRETO afirmar que:
- (A) O servidor que responder a processo disciplinar poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente antes da conclusão do processo e do cumprimento da penalidade, acaso aplicada.
 - (B) O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente que irá conduzir o processo disciplinar, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
 - (C) O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.
 - (D) Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando trasladado na repartição.
 - (E) Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.
17. O regime disciplinar imposto ao servidor público federal está devidamente explicitado no conteúdo do Título IV da Lei 8.112/90. O ordenamento sobre os deveres, as proibições e as responsabilidades postas na lei elencam regras que dão a possibilidade de apontar que é INCORRETO afirmar:
- (A) É dever do servidor guardar sigilo sobre assunto da repartição.
 - (B) É proibido ao servidor ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.
 - (C) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
 - (D) A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.
 - (E) As sanções civis, penais e administrativas não poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

18. Em se tratando das penalidades impostas ao servidor público federal que descumpra as normas disciplinares positivadas na Lei 8.112/90, é INCORRETO afirmar que:
- (A) A destituição de função comissionada pode ser adotada como penalidade disciplinar imposta ao servidor.
 - (B) A inassiduidade habitual não é causa de demissão do servidor.
 - (C) Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.
 - (D) Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.
 - (E) A ação disciplinar prescreverá em cinco (5) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão.
19. Ao tratar da acumulação de cargos, a Lei 8.112/90 diz que, ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos e que a acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários. Nesse contexto, Mariovalda Penha da Frota, brasileira, servidora pública, exerce cargo de auxiliar em administração em determinado órgão da rede pública municipal do país com carga horária de 20 horas e também mantém vínculo com o governo federal ocupando o cargo público de assistente administrativo com carga horária de 40 horas em determinado órgão federal sediado em sua cidade, sendo remunerada nos dois cargos. Diante do que está enunciado acima, é CORRETO afirmar que
- (A) Mariovalda não pode acumular os cargos porque os dois perfazem 60 horas no total.
 - (B) Mariovalda não pode acumular os cargos porque a lei proíbe a acumulação e os cargos por ela ocupados, conforme indica a lei, não estão ressalvados na Constituição.
 - (C) Mariovalda pode acumular os dois cargos se comprovar a compatibilidade de horários.
 - (D) Mariovalda pode acumular os dois cargos porque são em órgãos e esferas administrativas diferentes, um vínculo municipal e outro federal.
 - (E) Mariovalda pode acumular os dois cargos porque a Constituição, conforme prevê a Lei 8.112/90, ressalva os cargos de auxiliar administrativo e de assistente administrativo como cargos acumuláveis.
20. Tersildo Maranguape Lima, servidor público federal, foi punido disciplinarmente em outubro de 2018 através do devido processo disciplinar com a penalidade de advertência por opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço. No dia 17 de junho deste ano, Tersildo foi submetido a novo processo disciplinar por comprovadamente recusar fé a documentos públicos. Concluído o processo disciplinar, é CORRETO afirmar que:
- (A) Tersildo não poderá ser punido outra vez, pois não existe penalidade a servidor que recusar fé a documento público.
 - (B) Tersildo deverá sofrer a penalidade de demissão por ter cometido nova infração disciplinar ao recusar fé a documento público.
 - (C) Tersildo será obrigado a dar fé ao documento e terá descontado 50% do seu vencimento.
 - (D) Tersildo deverá sofrer a penalidade de suspensão por reincidir em falta a ser punida com a penalidade de advertência ao recusar fé a documento público.
 - (E) Tersildo deverá ser demitido de forma direta porque recusar fé a documento público é infração disciplinar passível de demissão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A prática de uma boa iluminação para locais de trabalho deve fornecer uma boa visualização da tarefa para que elas sejam realizadas facilmente, com conforto visual e atendendo aos requisitos de segurança. Assim pode-se afirmar que:
- (A) A área da tarefa deve ser iluminada o mais uniforme possível. A uniformidade da iluminância na tarefa não pode ser inferior a 0,5 e a uniformidade da iluminância no entorno imediato não pode ser inferior a 0,7.
 - (B) A indicação objetiva das propriedades de reprodução de cor de uma fonte de luz em locais de trabalho está relacionada ao índice geral de reprodução de cor (Ra), cujo valor máximo de Ra é 200.
 - (C) Não se recomenda a utilização de lâmpadas com índice geral de reprodução de cor (Ra) inferior a 80, em interiores onde as pessoas trabalham ou ali permanecem por longos períodos.
 - (D) Uma vez que a disponibilidade de luz natural diminui rapidamente com o distanciamento da janela, recomenda-se que se adote a iluminação artificial, desprezando-se a natural, para que no local de trabalho tenha o balanceamento da distribuição da luz no interior do ambiente.
 - (E) A iluminância no entorno imediato deve estar relacionada com a iluminância da área de tarefa, e a iluminância mantida das áreas do entorno imediato pode ser mais alta que a iluminância da área da tarefa.
22. De acordo com a NBR 13532/1995, a elaboração do projeto de arquitetura deve ser orientada em cada uma das suas etapas, por: informações de referências a utilizar; informações técnicas a produzir e documentos técnicos a apresentar. Na etapa referente ao Estudo Preliminar, pode-se afirmar que uma das informações de referência a utilizar é:
- (A) Maquetes.
 - (B) Soldagens de simples reconhecimento do solo.
 - (C) Estudo de viabilidade de arquitetura.
 - (D) Fotografias, diapositivos, microfilmes e montagens.
 - (E) Memorial descritivo dos elementos da edificação e dos seus componentes construtivos.
23. Com a construção de um novo auditório para uma Universidade **no desenvolvimento do projeto arquitetônico, deverão ser previstos, na** área destinada ao público, espaços reservados para Pessoas em Cadeiras de Rodas (PCR), assentos para Pessoas com Mobilidade Reduzida (PMR) ou Pessoas com Deficiência (PcD) e assentos para Pessoas Obesas (PO) que deverão ser distribuídos pelo recinto, recomendando-se que seja nos diferentes setores. Assim, para um auditório com 325 lugares, deve-se ter:
- (A) 7 espaços para PCR, 4 assentos para PcD ou PMR e 4 assentos PO.
 - (B) 17 espaços para PCR, 9 assentos para PcD ou PMR e 9 assentos PO.
 - (C) 4 espaços para PCR, 2 assentos para PcD ou PMR e 2 assentos PO.
 - (D) 7 espaços para PCR, 7 assentos para PcD ou PMR e 7 assentos PO.
 - (E) 6 espaços para PCR, 3 assentos para PcD ou PMR e 3 assentos PO.
24. De acordo com a NBR 13531/1995, a etapa do projeto de arquitetura que pode ser opcional e que se destina à concepção e à representação das informações técnicas da edificação e de seus elementos, instalações e componentes, ainda não completas ou definitivas, mas consideradas compatíveis com os projetos básicos das atividades técnicas necessárias e suficientes à licitação dos serviços de obra correspondentes, é:
- (A) Projeto Legal.
 - (B) Projeto básico.
 - (C) Anteprojeto.
 - (D) Estudo preliminar.
 - (E) Estudo de viabilidade.
25. Dos documentos técnicos a apresentar em um projeto executivo arquitetônico **NÃO** é necessário apresentar:
- (A) Memorial descritivo da edificação.
 - (B) Memorial qualitativo dos componentes construtivos e dos materiais de construção.
 - (C) Plantas, cortes e elevações de ambientes especiais.
 - (D) Memorial justificativo.
 - (E) Detalhes de elementos da edificação e de seus componentes construtivos.

26. Para a composição e criação dos projetos arquitetônicos, existem alguns métodos que utilizam o emprego de analogias visuais e estruturais. No uso de analogias estruturais, os métodos utilizados são:
- (A) Inovativo, mimético e normativo.
 - (B) Inovativo, tipológico e normativo.
 - (C) Normativo, tipológico e mimético.
 - (D) Inovativo, tipológico e mimético.
 - (E) Mimético e normativo.
27. De acordo com o disposto na norma de desempenho NBR 15575/2013, podem-se ter dependências que não têm exigências mínimas de iluminância natural, entre as quais:
- (A) Copa
 - (B) Área de Serviço
 - (C) Sala de Estar
 - (D) Cozinha
 - (E) Banheiro
28. Os corredores devem ser dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas, assegurando uma faixa livre de barreiras ou obstáculos. As larguras mínimas para corredores em edificações e equipamentos urbanos são:
- (A) 1,20m para corredores de uso comum com extensão até 4,00m e 1,50m para corredores de uso público.
 - (B) 1,50m para corredores de uso comum com extensão até 10,00m; e 2,00m para corredores com extensão superior a 10,00m.
 - (C) 1,20m para corredores de uso comum com extensão até 5,00m; e 1,50m para corredores com extensão superior a 5,00m.
 - (D) 1,20m para corredores de uso público com extensão até 10,00m; e 1,50m para corredores com extensão superior a 10,00m.
 - (E) 0,90m para corredores de uso comum com extensão até 4,00m e 1,50m para corredores de uso público;
29. Nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou coletivo, devem ser reservadas vagas para pessoas idosas e com deficiência. De acordo com os percentuais das diferentes vagas definidos na legislação vigente em um estacionamento com 158 vagas, é CORRETO afirmar que deverão ter no mínimo:
- (A) 2 vagas para pessoas com deficiência e 8 vagas para pessoas idosas.
 - (B) 8 vagas para pessoas com deficiência e 8 vagas para pessoas idosas.
 - (C) 8 vagas para pessoas com deficiência e 2 vagas para pessoas idosas.
 - (D) 3 vagas para pessoas com deficiência e 7 vagas para pessoas idosas.
 - (E) 3 vagas para pessoas com deficiência e 8 vagas para pessoas idosas.
30. Para cada tipo de estrutura, são caracterizados os tipos de esforços internos e as direções dos seus deslocamentos e rotações. Sobre esses esforços, pode-se afirmar:
- (A) Para uma estrutura isostática, somente podem ser determinados os esforços internos se for conhecido o módulo de elasticidade do material.
 - (B) O momento fletor atua no plano de seção longitudinal da estrutura.
 - (C) Para uma estrutura do tipo pórtico plano, com carregamento unicamente no plano da estrutura, não se admite momento torçor.
 - (D) A força resultante que atua em uma seção transversal da estrutura se decompõe em momento fletor e esforço cortante.
 - (E) O momento torçor é representado por vetores paralelos ao do momento fletor.
31. Para o uso de fundações profundas, são mais utilizadas as estacas e tubulões. As estacas são classificadas em escavas e de deslocamento. Como exemplo de estacas escavadas, tem-se:
- (A) Franki
 - (B) Madeira
 - (C) Pré-moldada de concreto
 - (D) Trado rotativo
 - (E) Metálica

32. Quando um escoamento de um líquido numa tubulação é bruscamente interrompido, produz-se um esforço nas tubulações e demais peças, esse choque é denominado de golpe de aríete e pode originar depressões e sobrepressões que comprometem o desempenho e a vida útil da tubulação. Para atenuar os efeitos do golpe de aríete, pode-se utilizar de alguns recursos, EXCETO:
- (A) Limitação da velocidade do fluxo das tubulações
 - (B) Utilização de válvula de alívio.
 - (C) Utilização de caixa de quebra-pressão.
 - (D) Fechamento lento das válvulas e registros
 - (E) Aumento da velocidade do líquido, reduzindo-se o diâmetro da tubulação.
33. Para a realização de uma análise de implantação de uma edificação no terreno, faz-se necessária a compreensão dos estudos planialtimétricos do terreno. Considerando as assertivas relacionadas às linhas topográficas, é CORRETO afirmar:
- (A) Talvegue é a superfície declivada por onde as águas provenientes das chuvas escoam, também conhecida como vales secundários
 - (B) Crista é a linha ou ponto superior de encontro de vertentes, circundada por curvas de nível cuja cotas aumentam à medida que dela se afasta.
 - (C) Vertente é definido como a linha de encontro de descida d'água de uma bacia hidrográfica, segundo a qual as águas tendem a se acumular formando os rios ou cursos d'água.
 - (D) Garganta apresenta configurações côncavas de vários centros e constitui uma estrada ou abertura estreita.
 - (E) A linha de divisor de águas apresenta a mesma cota em todos os seus pontos.
34. Os projetos de edificações devem obedecer a critérios e a normas de segurança contra incêndio que devem ser seguidas pelos arquitetos urbanistas, principalmente em prédios públicos e de uso coletivo. De acordo com a NBR 9077/2001, as distâncias máximas a serem percorridas para atingir um local seguro (espaço livre exterior, área de refúgio, escada protegida ou à prova de fumaça), tendo em vista o risco à vida humana decorrente do fogo e da fumaça, devem ser observadas no momento de projetar as edificações. Em casos de edificações classificadas com Z, isto é, edificações em que a propagação do fogo é difícil e que pertença ao grupo "E" e que não possuam chuveiros automáticos, as distâncias máximas percorridas relativa à quantidade de saídas devem ser:
- (A) Saída única – 30,00m; mais de uma saída – 40,00m.
 - (B) Saída única – 25,00m; mais de uma saída – 35,00m.
 - (C) Saída única – 35,00m; mais de uma saída – 45,00m.
 - (D) Saída única – 20,00m; mais de uma saída – 30,00m.
 - (E) Saída única – 10,00m; mais de uma saída – 20,00m.
35. As antecâmaras previstas nas escadas enclausuradas devem possuir alguns critérios mínimos para o atendimento das normas de segurança. Assim pode-se afirmar que faz parte dos critérios mínimos:
- (A) Ter comprimento mínimo de 1,20m.
 - (B) Ter a abertura de entrada de ar situada, no máximo, a uma distância horizontal de 2,00m, medida em planta, da porta de entrada da antecâmara.
 - (C) Ter, entre as aberturas de entrada e de saída de ar, a distância vertical mínima de 2,20m, medida eixo a eixo.
 - (D) Ter pé-direito mínimo de 2,50m.
 - (E) Ter a abertura de saída de ar do duto respectivo situada junto ao teto, ou, no máximo, a 30cm deste, com área mínima de 0,94m².
36. Nas fachadas das edificações, em muitos casos são utilizados revestimentos cerâmicos e, neste caso, devem-se ter alguns cuidados para garantir a sua durabilidade e estética. Assim, pode-se afirmar:
- (A) As juntas de assentamento devem ser preenchidas com material flexível e a sua largura independe do tamanho da cerâmica.
 - (B) O índice de absorção de água das placas de cerâmicas deve ser igual ou superior a 3%.
 - (C) As juntas de movimentação devem ser preenchidas com material rígido.
 - (D) As juntas de dessolidarização devem ser previstas no encontro do revestimento da parede com pilares.
 - (E) As juntas horizontais de movimentação devem ser previstas em cada pavimento ou no máximo a cada 2 metros.

37. Um dos aspectos da sustentabilidade urbana é o emprego da infraestrutura verde. Sobre ela, pode-se afirmar, EXCETO:
- (A) Para que o planejamento e projeto da infraestrutura verde sejam de fato eficientes e eficazes, é preciso ter uma abordagem sistêmica, abrangente e transdisciplinar.
 - (B) A infraestrutura verde consiste em intervenções de baixo impacto na paisagem e alto desempenho, com espaços multifuncionais e flexíveis, que possam exercer diferentes funções ao longo do tempo - adaptável às necessidades futuras.
 - (C) A infraestrutura verde deve ser planejada posterior à ocupação, assim áreas frágeis e de grande valor ambiental podem ser conservadas.
 - (D) A infraestrutura verde consiste em redes multifuncionais de fragmentos permeáveis e vegetados, preferencialmente arborizados, interconectados que reestruturam o mosaico da paisagem.
 - (E) Bem planejada, implementada e monitorada, a infraestrutura verde pode-se constituir no suporte para a resiliência das cidades.
38. Segundo o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), a função do instrumento de gestão denominado Direito de Preempção é:
- (A) Conceder edificação acima do limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento básico, mediante contrapartida financeira a ser prestada pelo beneficiário.
 - (B) Conferir ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.
 - (C) Conceder ao Poder Público a possibilidade de delimitar área para aplicação de operações consorciadas.
 - (D) Autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente.
 - (E) Conceder a outrem o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.
39. Acerca do parcelamento e loteamento do solo urbano, o Arquiteto Urbanista deve ter o conhecimento das restrições ao uso do solo. Sobre estas restrições, pode-se afirmar:
- (A) Terrenos com declividade acima de 30%, jamais podem ser parcelados.
 - (B) É de exclusividade da legislação municipal dispor sobre as restrições ao uso do solo urbano.
 - (C) As áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, desde que não se faça a correção, são proibidas de parcelamento.
 - (D) As áreas entorno dos lagos e lagoas urbanas, com faixa máxima de 30m, são consideradas área de preservação permanente
 - (E) Em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação, poderá ser parcelado desde que sejam corrigidos.
40. Para se projetar as vias para um loteamento ou a expansão de uma área urbanizada, devem-se levar em consideração as definições de cada via, tendo em vista o fim a que se destina, bem como o espaço geográfico em que se situa. Desta forma, pode-se afirmar:
- (A) Via arterial - aquela caracterizada por acessos especiais com trânsito livre, sem interseções em nível, sem acessibilidade direta aos lotes lindeiros e sem travessia de pedestres em nível e com velocidade máxima de 60 km/h.
 - (B) Via de trânsito rápido - aquela caracterizada por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade, e com velocidade máxima de 80 km/h.
 - (C) Via coletora - aquela destinada a distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias de trânsito rápido ou arteriais, possibilitando o trânsito dentro das regiões da cidade, com velocidade máxima de 40 km/h.
 - (D) Via marginal - aquela caracterizada por interseções em nível não semaforizadas, destinada apenas ao acesso local com acessibilidade aos lotes lindeiros, e com velocidade máxima de 30 km/h.
 - (E) Vias expressas se distinguem tão somente por serem continuações das rodovias e geralmente cortam a cidade com tráfego rápido, com velocidade máxima de 80km/h.

41. A infraestrutura básica dos parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social (ZHIS) consistirá no mínimo de, EXCETO:
- (A) Escoamento das águas pluviais.
 - (B) Iluminação pública.
 - (C) Soluções para o esgotamento sanitário e para energia domiciliar.
 - (D) Rede para o abastecimento de água potável.
 - (E) Vias de circulação.
42. Para o bom entendimento dos desenhos arquitetônicos, o Arquiteto Urbanista deve utilizar, de forma clara e normativa, as linhas de representação. Sobre elas pode-se afirmar:
- (A) As linhas situadas além do plano do desenho são representadas por linhas traço e ponto, com espessura inferior às linhas internas.
 - (B) As linhas de contorno tem espessura variada de acordo com a escala e a natureza do desenho, são firmes e de valor menor que as linhas internas $\pm 0,4$.
 - (C) As linhas de projeção são representadas por traço e dois pontos, quando se tratar de projeções importantes, devem ter o mesmo valor que as linhas de contorno.
 - (D) As linhas de eixo ou coordenadas são representadas por linhas tracejadas, com espessura inferior às linhas internas e com traços longos.
 - (E) As linhas auxiliares são representadas por linhas tracejadas, com espessura inferior às linhas internas e com traços pequenos.
43. A urbanização altera significativamente o ciclo hidrológico do sítio, e um dos principais fatores é a impermeabilização do solo devido à pavimentação. Em relação a este fator, pode-se afirmar:
- (A) O aumento de áreas impermeáveis tende a produzir um aumento da vazão máxima, o aumento e o retardo do pico e um aumento do volume do escoamento superficial.
 - (B) O aumento de áreas impermeáveis tende a produzir um aumento da vazão máxima, o aumento e antecipação do pico e um aumento do volume do escoamento superficial.
 - (C) O aumento de áreas impermeáveis tende a produzir uma diminuição da vazão máxima, o aumento e a antecipação do pico e um aumento do volume do escoamento superficial.
 - (D) O aumento de áreas impermeáveis tende a produzir um aumento da vazão máxima, o aumento e a antecipação do pico e uma diminuição do volume do escoamento superficial.
 - (E) O aumento de áreas impermeáveis tende a produzir uma diminuição da vazão máxima, o aumento e o retardo do pico e a diminuição do volume do escoamento superficial.
44. O governo federal instituiu a estratégia nacional de disseminação da metodologia BIM, a Estratégia BIM Brasil. O Decreto nº 9.377, de 17 de maio de 2018, instituiu de maneira oficial a estratégia. Sobre a metodologia BIM, pode-se afirmar:
- (A) É um processo relacionado somente ao planejamento arquitetônico digital, gerando dados que auxiliam o processo do projeto de edificações.
 - (B) O BIM é uma ferramenta para compatibilizar projetos, mas que não possibilita a gestão da informação durante o ciclo de vida do empreendimento.
 - (C) A ferramenta BIM está diretamente associada ao aumento da eficiência nas fases do projeto, mas pode gerar perdas e retrabalho na etapa de construção do edifício.
 - (D) O BIM é uma ferramenta de modelagem paramétrica, definida como um conjunto de padrões de representação que compõe o desenho técnico.
 - (E) O BIM realiza estudos e análises de sequência construtiva, permitindo a interoperabilidade.
45. O *As Built* é uma atividade técnica essencial para orientar eventuais intervenções corretivas futuras e/ou ampliações. Sobre a documentação *As Built*, pode-se afirmar:
- (A) Consiste apenas das pranchas com desenhos e todos os detalhamentos.
 - (B) Deve contemplar todos os anteprojetos.
 - (C) A primeira versão deve ser concluída antes da conclusão da obra, assim todos os aspectos do planejamento da obra serão preservados.
 - (D) Deve ser atualizada a cada intervenção que seja feita na edificação.
 - (E) É formado apenas pelos memoriais justificativos e descritivos, com as anotações técnicas dos processos construtivos.

46. Para realização de um estudo de viabilidade técnico-financeira, é necessário que o Arquiteto Urbanista entenda os vários conceitos de valor. Em se tratando de Valor Patrimonial, o seu conceito é:
- (A) Quantia mais provável pela qual se negociaria com conhecimento, prudência e sem compulsão um bem, numa data de referência, dentro das condições do mercado vigentes.
 - (B) Somatório do valor do terreno, benfeitorias e eventuais equipamentos de um imóvel.
 - (C) Valor para fins de seguros de um determinado imóvel, representado pelo valor das benfeitorias, equipamentos e instalações, conforme objeto da apólice ou da contratação, observada a máxima depreciação.
 - (D) Valor de bens, não obrigatoriamente de mercado, destinado a ressarcimento de débitos, desapropriações ou congêneres.
 - (E) Valor para uma situação de venda compulsória, típico de leilões e também muito utilizado para garantias bancárias.
47. Entre os procedimentos para avaliação de imóveis urbanos, com a finalidade de identificar o valor de um bem, de seus frutos e direitos, o método da capitalização da renda é o que:
- (A) identifica o valor de mercado do bem, alicerçado no seu aproveitamento eficiente, baseado em modelo de estudo de viabilidade técnico-econômica, mediante hipotético empreendimento compatível com as características do bem e com as condições do mercado no qual está inserido.
 - (B) identifica o valor do bem pelo somatório dos valores de seus componentes. Caso a finalidade seja a identificação do valor de mercado, deve ser considerado o fator de comercialização.
 - (C) identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes da amostra.
 - (D) identifica o valor do bem ou de suas partes por meio de orçamentos sintéticos ou analíticos, a partir das quantidades de equipamentos e respectivos custos diretos e indiretos
 - (E) identifica o valor do bem, com base na acumulação presente da sua renda líquida prevista, considerando-se cenários viáveis.
48. Os contratos regidos pela Administração Pública inerente a obras e serviços de Engenharia e Arquitetura poderão ser alterados unilateralmente pela Administração, com as devidas justificativas, no seguinte caso:
- (A) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
 - (B) Quando conveniente a substituição da garantia de execução.
 - (C) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
 - (D) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.
 - (E) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
49. O Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, embora suas normas devam ser consideradas como um todo coordenado e harmônico, estão estruturadas em uma hierarquia de subordinação relativa, em 3 (três) classes respectivamente distintas: princípios, regras e recomendações. Em relação às obrigações para com o Interesse Público, é considerado como regra:
- (A) O arquiteto e urbanista deve defender o direito à Arquitetura e Urbanismo, às políticas urbanas e ao desenvolvimento urbano, à promoção da justiça e inclusão social nas cidades, à solução de conflitos fundiários, à moradia, à mobilidade, à paisagem, ao ambiente sadio, à memória arquitetônica e urbanística e à identidade cultural.
 - (B) O arquiteto e urbanista deve ter consciência do caráter essencial de sua atividade como intérprete e servidor da cultura e da sociedade da qual faz parte.
 - (C) O arquiteto e urbanista deve subordinar suas decisões técnicas e opções estéticas aos valores éticos inerentes à profissão.
 - (D) O arquiteto e urbanista deve respeitar a legislação urbanística e ambiental e colaborar para o seu aperfeiçoamento.
 - (E) O arquiteto e urbanista deve considerar o impacto social e ambiental de suas atividades profissionais na execução de obras sob sua responsabilidade.

50. Dentre das decisões relacionadas às diretrizes para o desenvolvimento de um projeto arquitetônico, uma das principais é o custo da construção, e em relação a este, a decisão de desenvolver uma edificação térrea ou em pavimentos. Sobre esse aspecto, é CORRETO afirmar que os elementos que incidem de forma crescente no custo da edificação são:

- (A) o movimento de terra e as fachadas.
- (B) a estrutura resistente e a cobertura.
- (C) o terreno ocupado e o insumo da mão de obra.
- (D) as instalações em geral e a duração da obra.
- (E) os elevadores e os subsolos do edifício.